

O mundo tal como ele é - II



Por **GILBERTO LOPES***

A democracia sequestrada pela tecnologia e a manipulação de dados

“Isto é a Grã-Bretanha”, dizia a jornalista Carole Cadwalladr há quatro anos num longo artigo publicado no jornal britânico *The Observer*: uma democracia administrada, paga por um bilionário norte-americano, que usa tecnologia de tipo militar fornecida pelo Facebook e implementada por nós, os eleitores e os cidadãos. O referendo sobre a saída da Grã-Bretanha da União Europeia tinha acabado de ser celebrado em junho de 2016, e os mecanismos utilizados pelos apoiadores do Brexit para influenciar a opinião dos britânicos em seu favor começavam a ser conhecidos.

A campanha do Brexit está relacionada com uma complexa rede de conexões, mas todas elas nos levam à Cambridge Analytica, a empresa que um bilionário norte-americano, Robert Mercer, e o ex-banqueiro e executivo dos meios de comunicação, Steve Bannon, estavam criando naquele momento, dizia Cadwalladr. A empresa era o núcleo de uma rede de informação alternativa e os documentos mostram que outros bilionários de extrema-direita estavam vinculados a ela. Entre eles, Rupert Murdoch, um dos principais acionistas da conservadora rede de televisão norte-americana *Fox* e de meios de comunicação como o *The Sun* e o *The Times*.

Bannon tornou-se depois a peça-chave da campanha que levou Donald Trump à presidência dos Estados Unidos, embora se separassem depois. Bannon parecia acreditar que, nesta parceria, o indispensável era ele, algo com que seu chefe não concordava. Essa pretensão de Bannon estava ligada a outra, muito mais ambiciosa: a de estabelecer uma estratégia capaz de mudar a ordem mundial.

A Grã-Bretanha sempre foi uma parte essencial desse plano, disse a Cadwalladr um ex-funcionário da Cambridge Analytica, que pediu para permanecer no anonimato. Bannon “acreditava que, para mudar a ordem política, era preciso antes mudar a cultura. E a Grã-Bretanha era chave para isso. A ideia do Brexit, simbolicamente, representava algo muito importante para ele”, acrescentou. O referendo era um objetivo muito tentador para que não voltassem sua atenção para ele.

A democracia sequestrada

Em maio de 2017, Cadwalladr escreveu um artigo com o título “O grande roubo do Brexit britânico: como nossa democracia foi sequestrada”. Tratava-se de como a Cambridge Analytica tornou-se uma empresa dedicada à “guerra psicológica”. “- Guerra psicológica? É assim como vocês o chamam?”, perguntou ao ex-funcionário da empresa. “- Claro, absolutamente”, respondeu ele. “Operações psicológicas, os mesmos métodos que os militares utilizam para mudar o sentimento das massas. Isso é o que querem dizer quando falam em mudar corações e mentes. Nós estamos fazendo exatamente isso para ganhar eleições nos países em desenvolvimento onde as regras não são muito rigorosas”.

A guerra psicológica travada pela Cambridge Analytica implicava capturar todos os aspectos do cenário eleitoral para que a empresa pudesse elaborar mensagens eleitorais orientadas para as preferências individuais. “O Facebook era a principal fonte dos dados psicológicos que lhes permitiam dirigir-se a cada indivíduo. Era também o mecanismo de difusão de informação em larga escala”.

Para Cadwalladr, essa história tem três fios. O primeiro é que lançou as bases para um Estado autoritário nos Estados Unidos. O segundo é como a democracia britânica foi surpreendida por um plano ambicioso, promovido por um bilionário norte-americano. O terceiro é como estas empresas estão acumulando silenciosamente nossos dados para utilizá-los de acordo com seus interesses. “Quem controla esses dados controla o futuro”, assegura.

A democracia funcionando

As investigações desta jornalista britânica do *Observer* são um estudo cuidadoso de como foi formada uma empresa que trabalha com os dados pessoais dos cidadãos, estudando suas preferências para definir políticas que orientassem suas decisões em assuntos de interesse para os donos destas empresas. Pessoas muito ricas, com uma tendência muito conservadora, dispostas a aproveitar os recursos disponíveis nas redes digitais para seus objetivos.

Para alguns, o problema com esta tecnologia é que sua utilização depende de quem a manusear. Cadwalladr destaca o papel de jovens particularmente talentosos no tratamento dessa informação, que se assustaram com os usos que se estava dando a estes recursos. Por um lado, diziam, havia “empresas e governos que dizem: - Pode confiar em nós, nós somos bons e democráticos. Mas essas mesmas pessoas podem vender essa informação a qualquer pessoa disposta a comprá-la”.

Há apenas alguns meses, em agosto, Eduardo Bolsonaro, deputado e filho do presidente Jair Bolsonaro, participou de um simpósio virtual, organizado em Sioux Falls, Dakota do Sul, por outro bilionário, Mike Lindell, CEO da empresa MyPillow. O tema era o roubo das eleições do ano passado, que Trump perdeu para o atual mandatário Joe Biden. Durante sua viagem pelos EUA, o filho de Bolsonaro encontrou-se com Trump e convidou-o a visitar o Brasil. Bannon também estava no simpósio e avisou que outra eleição poderia estar em risco: a de Bolsonaro, em novembro do próximo ano, que qualificou como “a segunda eleição mais importante do mundo”. A primeiro, naturalmente, era a dos Estados Unidos.

Em 2018, na eleição em que Bolsonaro foi eleito (enquanto o ex-presidente Lula, amplo favorito, permanecia na prisão, condenado por crimes que nunca cometeu, como os tribunais superiores do Brasil confirmaram, anulando todas as condenações de um tribunal regional), Bannon também encontrou-se com Eduardo Bolsonaro, que anunciou a união de forças para combater o “marxismo cultural”. “Estas não são histórias sobre o abuso de lacunas na legislação de um país”, disse Cadwalladr. “Trata-se”, afirmou, referindo-se ao Brexit, “de como um multimilionário americano - Mercer - e seu líder ideológico - Bannon - ajudaram a provocar a maior mudança constitucional na Grã-Bretanha em um século”. “É um escândalo que tal coisa possa acontecer numa democracia”, escreve David Miller, professor de sociologia e uma autoridade em guerra psicológica e propaganda, codiretor da ONG Public Interest Investigations.

“Os eleitores deveriam saber de onde vem a informação que lhes é dada e, se não está claro, deveríamos perguntar-nos se vivemos realmente numa democracia. Aqui temos psicologia, propaganda e tecnologia que, juntos, operam de uma forma muito poderosa”, disse ele. “E foi o Facebook que tornou isso possível. Foi a partir do Facebook que a Cambridge Analytica obteve pela primeira vez sua vasta base de dados”, foi a fonte de informação psicológica que lhes permitiu levar informação personalizada a cada indivíduo. Aqueles que receavam a crescente migração na Europa, por exemplo, poderiam ser influenciados mostrando-lhes imagens de migrantes inundando o país. “A capacidade da ciência para manipular as emoções está muito bem estudada”, disse Tamsin Shaw, professora associada de filosofia na Universidade de Nova Iorque, que estudou o financiamento de pesquisas pelo setor militar para o uso da psicologia em torturas.

Agora esses resultados estão sendo utilizados para influenciar eleições, sem que as pessoas possam sequer imaginar que isso está sendo feito. Cadwalladr elabora um dilema: nos Estados Unidos existem leis rigorosas sobre o tratamento de informações pessoais, embora reconheça que, para as empresas, isso pouco importa. “É absurdo pensar”, questiona, “que estamos vendo a possível criação de um Estado autoritário de vigilância?”

O Facebook em julgamento

A história da Cambridge Analytica e as investigações de Cadwalladr ganharam um interesse renovado com as denúncias de Frances Haugen, uma engenheira, ex-funcionária do Facebook, que acusou a empresa no mês passado de colocar seus

interesses acima dos da sociedade. O Facebook tinha negado qualquer responsabilidade pelas atividades da Cambridge Analytica há quatro anos. Mas as acusações de Haugen remetem para o cenário daquele momento.

Para ela é evidente que há um conflito de interesses entre o que é bom para o público e o que é bom para o Facebook. E o Facebook, diz ela, toma as decisões que considera serem as melhores para seu próprio negócio. Trata-se, por exemplo, de informação sobre ódio, violência e desinformação. “O Facebook percebeu que se usarem um algoritmo mais seguro, as pessoas passam menos tempo na página, veem menos anúncios e a empresa ganha menos dinheiro. A versão atual do Facebook, acrescentou, “está dilacerando a sociedade e causando violência étnica em todo o mundo”.

Para Cadwalladr, estas novas denúncias são o início do fim para o Facebook. Em 2018, quando 50 milhões de perfis de seus usuários foram roubados, ninguém da empresa foi punido pelo escândalo. Mas a Comissão Federal de Comércio multou o Facebook em cinco bilhões de dólares. O Facebook, em todo caso, negou mais uma vez as acusações de Haugen e assegura fazer um esforço permanente para evitar a difusão de informações falsas ou prejudiciais em suas páginas.

De volta à democracia

O tratamento da informação nas redes desencadeou um enorme debate, com denúncias sobre a divulgação de notícias falsas – as *fake news* – que, reproduzidas milhões de vezes nas redes, acabam por moldar certas visões de mundo. As redes permitiram multiplicar quase infinitamente estes procedimentos que, no entanto, sempre caracterizaram a forma como se decide o que é ou não publicado nos meios de comunicação de massa.

Não me esqueço da frase do diretor de um importante meio de comunicação costarriquenho, quando explicava seus critérios de contratação de pessoal: “Eu não dou emprego para comunistas!” Naturalmente, quem decidia se alguém era comunista ou não era ele próprio. Seguramente o contrataram por isso. Katharina Pistor, professora de direito comparado na *Columbia Law School*, disse num artigo publicado na semana passada que os *Pandora Papers* (uma investigação jornalística que revelou enormes investimentos de capital em paraísos fiscais) eram “uma ameaça à democracia”. “Políticos, empresários, estrelas do esporte e ícones culturais foram descobertos escondendo sua riqueza e mentindo sobre ela”. A dificuldade de expor isto, disse ela, “mostra como advogados, legisladores e tribunais inclinaram a lei a favor das elites”.

Mas a própria Pistor mostra, em seu artigo, que essas práticas atuais apenas atualizam procedimentos semelhantes de, pelo menos, cinco séculos. Longe de pôr em risco a democracia, tanto os *Pandora Papers* como a guerra psicológica denunciada por Haugen apenas expõem a democracia em pleno funcionamento. Hoje, praticamente todo o cenário político afirma ser “democrático”, desde a direita – como o PP espanhol, que tem raízes franquistas – até diversas propostas de esquerda. Cada um refere-se à sua própria visão da democracia, cujo conteúdo nunca é explicitado.

Para evitar maiores complicações, recorre-se à velha fórmula de Lincoln, que a definiu em 1863 como “o governo do povo, pelo povo e para o povo”. Uma fórmula tão vazia de conteúdo que é lembrada até hoje, pois permite a qualquer pessoa sair do caminho, em vez de envolver-se em complicadas discussões políticas ou teóricas. Em todo caso, não há necessidade de voltar aos *Federalists Papers* para estudar a democracia. Já se passaram 233 anos desde então e a análise de seu funcionamento real é muito mais importante para compreendê-la do que ler Locke ou Hamilton. E a democracia, tal como funciona em seu país de origem – a Inglaterra – e em sua descendência política mais direta – os Estados Unidos –, não é como se expõe nestes textos. É o que mostram os *Pandora Papers*, ou as denúncias de Frances Haugen.

***Gilberto Lopes** é jornalista, doutor em Estudos da Sociedade e da Cultura pela Universidad de Costa Rica (UCR). Autor de *Crisis política del mundo moderno (Uruk)*.

Tradução: **Fernando Lima das Neves**